



**Temas Abordados:** Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Conferência das Partes da CMNUCC - Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

**PUBLICAÇÃO:** 29/10/2018



## Representantes falam de impacto da ONU em países de língua portuguesa

Funcionários das Nações Unidas cuja ação tem impacto direto em países de língua portuguesa falam de resultados alcançados nessas nações, tendo como meta tornar a organização mais relevante. Neste 24 de outubro, a ONU completa 73 anos.

As atividades das Nações Unidas são guiadas pelos princípios de erradicação da pobreza, da construção da paz e segurança, da assistência humanitária e da proteção dos direitos humanos. É sobre essas áreas que a ONU News reuniu depoimentos dos entrevistados.

O diplomata brasileiro José Viegas Filho representa o secretário-geral da ONU na Guiné-Bissau e destacou a ajuda para a estabilização do país, onde as eleições legislativas estão marcadas para 18 de novembro.

“Estamos vivendo um momento de grande coordenação entre a comunidade internacional e a ONU do ponto de vista do aprimoramento da vida política de Guiné-Bissau, sendo bem recebido pela própria elite política da Guiné-Bissau.”

A votação será a primeira após a crise política e institucional que começou em 2015.

### Timor-Leste

Quando se trata de consolidação da paz, Timor-Leste é considerado um caso de sucesso na assistência da ONU pelo envolvimento dos próprios líderes. A organização apoia o país desde o início do processo que há 19 anos levou à autodeterminação dos timorenses.

Nas comemorações do Dia das Nações Unidas, o representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Timor-Leste, Roy Trivedy, declarou que a cooperação internacional continua essencial na fase de desenvolvimento.

“Estamos a trabalhar na área de serviços, primeiro. Segundo, na área de exclusão e inclusão de cada membro da sociedade. E, terceiro, na área do crescimento da economia.”

Uma das grandes questões da ONU é atuar num mundo em que uma em cada nove pessoas ainda passa fome. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, FAO, fala de um aumento de 815 milhões em 2016, para quase 821 milhões de pessoas nessa situação em 2017.

## **Qualidade**

Hélder Muteia representa a agência na África Central, e as ações do seu dia a dia também cobrem São Tomé e Príncipe.

“Em São Tomé e Príncipe, a FAO apoia os agricultores e outros produtores rurais a produzirem alimentos de qualidade de uma forma sustentável em toda a cadeia de valor dos alimentos.”

A questão da segurança alimentar é ligada à pobreza, da qual mais de 1 bilhão de pessoas saíram desde 1990 com o apoio das Nações Unidas.

Nessas ações, os funcionários atuam diretamente com governos dos países. Um dos casos é do representante da ONU em Angola, Paolo Balladeli, há mais de 40 anos envolvido na área da cooperação internacional.

## **Economia**

Ele fala da relevância de atuar em países como Angola, que está em fase de desenvolvimento para economia de rendimento médio.

“Temos uma presença, as Nações Unidas, importante no país. Neste momento, com 11 agências do nosso sistema e nos distintos âmbitos. Há muitos programas, realmente, no âmbito social, económico e mesmo na boa governação.”

Os funcionários das Nações Unidas atuam muitas vezes fora do conforto e da segurança de familiares.

Trabalhando na organização, abraçam o lema não deixar ninguém para trás, dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como parte da Agenda 2030 que envolve Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

FONTE: <https://news.un.org/pt/story/2018/10/1644372>



## **ONU-HABITAT: remoções forçadas podem constituir grave violação de direitos humanos**

Representantes do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) participaram esta semana de simpósio em Brasília (DF) sobre políticas públicas para o tratamento de conflitos fundiários urbanos, cujo objetivo foi discutir a formatação de políticas no âmbito federal.

O evento foi organizado pela Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República, em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. O debate reuniu organizações que atuam no campo de política urbana, fundiária, habitacional e de direitos humanos.

A oficial nacional para o Brasil do ONU-HABITAT, Rayne Ferretti Moraes, fez a primeira palestra do encontro, abordando o tema do direito à habitação adequada, seu histórico e seus aspectos conceituais.

A apresentação também incluiu **o tema das remoções forçadas e os protocolos internacionais que devem ser respeitados em um processo de reassentamento**. Por fim, abordou o contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Nova Agenda Urbana.

Rayne salientou que o direito à habitação adequada é reconhecido como parte do direito a um padrão de vida adequado na Declaração Universal de Direitos Humanos, e que deve ser interpretado como o direito de viver em um lugar com segurança, paz e dignidade.

Indicou que a habitação adequada é muito mais do que quatro paredes e um teto, e que sete dimensões devem ser consideradas ao analisar a sua adequabilidade: segurança jurídica da posse; disponibilidade de serviços básicos, materiais, infraestrutura; custo acessível/economicidade; habitabilidade; acessibilidade; localização; e adequação cultural.

“Habitação acessível muitas vezes é inadequada; e habitação adequada muitas vezes não é acessível”, disse ela.

Com relação às remoções forçadas, Rayne ressaltou que “independente da causa, as remoções forçadas podem ser consideradas uma violação grave dos direitos humanos e uma violação *prima facie* do direito à moradia adequada”, e que com frequência são violentas e afetam desproporcionalmente os mais pobres, que, comumente, sofrem violações de outros direitos humanos como resultado da remoção”.

Ela completou que **as remoções, quando necessárias, devem ser realizadas de acordo com os princípios aplicáveis do direito internacional e que não devem ter, como resultado, deixar as pessoas sem moradia ou as expor a outras violações de direitos humanos**.

FONTE: <https://nacoesunidas.org/onu-habitat-remocoes-forçadas-podem-constituir-grave-violacao-de-direitos-humanos/#gallery-149331-1-slideshow>



## Comitê da ONU sobre pessoas com deficiência publica nova orientação legal

Pessoas com deficiência e suas organizações representativas devem participar de processos públicos de tomada de decisões sobre seus próprios direitos humanos, afirmou neste mês o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

O órgão publicou uma nova orientação legal sobre a Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência.

A orientação, emitida em 3 de outubro como comentário geral n.º 7, sustenta o direito de todas as pessoas com deficiência participarem e serem envolvidas em todas as questões relacionadas a elas.

A orientação também esclarece as obrigações de Estados garantirem a participação de pessoas com deficiência, através de suas organizações representativas, na implementação e no monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em linha com artigos 4(3) e 33(3) deste tratado internacional.

O documento completo está disponível para leitura aqui em sua forma padrão e aqui em formato de leitura simplificada, ambos em inglês. O Comitê emite muitos de seus documentos em formato simplificado, os tornando acessíveis para pessoas com deficiência.

“Estados Parte da Convenção claramente precisam de orientação sobre como e por que participar com organizações de pessoas com deficiência de forma respeitosa e como iguais”, disse Stig Langvad, presidente do Grupo de Trabalho sobre o comentário geral. “Como uma pessoa com deficiência desde 1973, que está ativa em organizações e na vida pública, eu conheço o poder de pessoas com deficiência”, acrescentou.

“Nada sobre nós sem nós” tem sido há tempos um mote de movimentos de direitos para pessoas com deficiência. Em seu comentário geral, o Comitê destaca que, quando pessoas com deficiência são consultadas, isto leva a leis, políticas e programas que contribuem para sociedades e ambientes mais inclusivos.

O comentário geral busca ser uma ferramenta vantajosa para fornecer recomendações concretas sobre como se comprometer com consultas com pessoas com deficiência, por meio de suas organizações representativas.

Isto pode incluir desenvolvimento de informações acessíveis sobre processos de tomada de decisões, implementação de metodologias inclusivas e garantias de que organizações de pessoas com deficiência tenham acesso a financiamentos nacionais e internacionais para funcionamento, segundo o Comitê.

O comentário geral também define organizações de pessoas com deficiência e destaca que respeito aos direitos de pessoas com deficiência à liberdade de associação, assembleia pacífica e expressão é essencial para a participação e realização de consultas.

[https://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRPD/C/GC/7&Lang=en](https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRPD/C/GC/7&Lang=en)



## Guia de Orientação Módulo para o Comitê de Gestão de organização escolar para a Redução do Risco e Plano de Desenvolvimento da Escola Response

Este módulo Orientação Educacional visa a acompanhar o "Guia para a Organização do Comitê de Gestão Escolar para a Redução de Risco e Desenvolvimento do Plano de escola Response" fornecer explicações mais detalhadas e exemplos de como a coleta e informações vazia os formatos sugeridos no guia.

O conteúdo abordados neste módulo foram selecionados a partir da implementação das Diretrizes por vários atores que têm acompanhado o processo com instituições de ensino em várias áreas do país, e que identificaram aspectos conceituais e processuais que precisam ser desenvolvidas, expandiu e / ou instanciado.

FONTE:[http://www.mineduc.gob.gt/portal/contenido/menu\\_lateral/programas/conred/documentos/M%C3%B3dulo\\_de\\_Orientaci%C3%B3n\\_Pedag%C3%B3gica.pdf?utm\\_source=INEE+email+lists&utm\\_campaign=bedbaa9894-SLC+Update+2017-10\\_COPY\\_01&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_710662b6ab-bedbaa9894-25743853](http://www.mineduc.gob.gt/portal/contenido/menu_lateral/programas/conred/documentos/M%C3%B3dulo_de_Orientaci%C3%B3n_Pedag%C3%B3gica.pdf?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=bedbaa9894-SLC+Update+2017-10_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-bedbaa9894-25743853)



## México, mais de um ano após o terremoto de mais de 60.000 alunos de 114 escolas estão em salas de aula temporárias

De acordo com o Ministério da Educação Estado n, até à data 114 escolas oferecem aulas em salas de aula temporárias, o equivalente a mais de 60 mil alunos nestas condições.

Após o terremoto de 17 de Setembro de 2017, o governo estadual relatou que 909 das 4.000 escolas foram afetadas e reabilitados 2.000 138 sofreram danos parciais mil 735 sofreram danos menores. Em 35 escolas foi danos estruturais e foram demolidos a ser reconstruído.

Até o momento eles têm investido mais de 5 bilhões de pesos a partir de recursos federais e estaduais na reparação e construção de escolas danificadas; No entanto, a

dependência estimado requer uma quantidade similar para completar o trabalho.  
Leia a história completa [aqui](#)

**FONTE:**[https://www.jornada.com.mx/2018/09/19/estados/042n2est?partner=rss&utm\\_source=IN EE+email+lists&utm\\_campaign=bedbaa9894-SLC+Update+2017-10 COPY 01&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_710662b6ab-bedbaa9894-25743853](https://www.jornada.com.mx/2018/09/19/estados/042n2est?partner=rss&utm_source=IN EE+email+lists&utm_campaign=bedbaa9894-SLC+Update+2017-10 COPY 01&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-bedbaa9894-25743853)



## **Novo guia da ONU quer apoiar pesquisas sobre impacto da corrupção nos países**

Agências das Nações Unidas apresentaram esta quarta-feira o Manual sobre Pesquisas sobre Corrupção na Conferência Internacional Anticorrupção que acontece em Copenhage, na Dinamarca.

A publicação do Escritório da ONU sobre Drogas e Crime, Unodc, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Pnud, pretende apoiar pesquisas de amostragem dos países sobre o impacto do suborno e outras formas de corrupção.

### **Justiça**

De acordo com as agências, os números apresentados atualmente não correspondem à situação real da corrupção. A dimensão do suborno também não é relatada ou detectada por instituições de justiça criminal.

O estudo destaca que vítimas ou testemunhas de corrupção são geralmente menos propensas a denunciar esse tipo de casos em relação a outros crimes.

Pesquisas nacionais revelaram que somente 12% dos casos de suborno são notificados às autoridades nos Estados-membros da União Europeia e bem abaixo de 10% em outros países da Europa, da África e da Ásia.

### **Recursos**

As agências sublinham que a corrupção é um “grave impedimento ao desenvolvimento sustentável”. O custo dessa prática é maior do que simplesmente o desvio de recursos do seu propósito legítimo”.

Entre os efeitos da prática estão a destruição da estrutura social, o enfraquecimento do Estado de direito, a falta de confiança no governo, a fraca qualidade de vida e a criação de um ambiente propício para o avanço do crime organizado, do terrorismo e do extremismo violento.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, ODS, número 16 promove sociedades pacíficas e inclusivas, o acesso à justiça para todos e a construção de instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

## Método

O manual mede a corrupção com pesquisas por amostragem baseadas na população e em negócios. O guia fornece ainda orientação sobre métodos e indicadores sobre a prevalência do suborno, para que os países produzam e monitorem progressos.

De acordo com a ONU, a falta de estatísticas é um desafio que tem impacto em todos os países independentemente do seu nível de desenvolvimento.

FONTE: <https://news.un.org/pt/story/2018/10/1644482>



## Timor-Leste: ONU apoia projetos para aumentar resiliência às alterações climáticas

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Pnud, considera que a falta de **infraestruturas resilientes** a eventos climáticos extremos e desastres naturais é um dos maiores entraves ao desenvolvimento socioeconómico de Timor-Leste.

Para enfrentar estes desafios, a agência em parceria com o governo do país tem mobilizado recursos para melhorar a capacidade do país em enfrentar as alterações climáticas.

“Timor-Leste é um país pequeno que também sofre desastres regularmente. Estamos sempre a focar-nos na área da infraestrutura porque é muito importante ter infraestruturas bem preparadas para ajudar os cidadãos.”

### Projetos

O Pnud tem apoiado, através de vários programas, a construção de infraestruturas resilientes às alterações climáticas. O objetivo é que a parceria com o governo local e as comunidades apoie a criação de infraestruturas de pequena escala em várias zonas rurais.

Os projetos ajudaram a projetar e a construir novas estradas, pontes, canais de drenagem, sistemas de irrigação e abastecimento de água e estruturas de proteção contra inundações capazes de resistir a eventos climáticos extremos, como inundações e deslizamentos de terra.

### Segurança

De acordo com o Pnud, com o apoio do financiamento dos vários parceiros, as práticas de engenharia e desenvolvimento de infraestruturas evoluíram em Timor-Leste, fortalecendo a segurança e as oportunidades das comunidades face às dificuldades exacerbadas pelas alterações climáticas.

Juntos, formam uma parte importante dos esforços de construção da nação de Timor-Leste e lançam as bases para um futuro melhor e mais resiliente ao clima.

## **Pnud**

Através dos projetos “**Reforçar a Resiliência da Infraestrutura Rural em Pequena Escala**” e “**Sistemas Governamentais Locais ao Risco Climático**”, o Pnud desenvolveu a capacidade das comunidades e administrações locais para integrar a resiliência climática ao desenvolvimento de infraestruturas locais.

Nos últimos anos, 20 projetos de infraestruturas rurais resilientes ao clima foram implementados e beneficiaram mais de 100 mil pessoas em três municípios timorenses.

FONTE: <https://news.un.org/pt/story/2018/10/1644502>

## **EVENTOS**



## **ONU convida organizações a apresentar propostas para ações com refugiados em 2019**

A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) no Brasil convida organizações governamentais e não governamentais (ONGs) a apresentar notas conceituais e/ou propostas para a implementação de atividades em 2019.

O propósito do edital de “[Chamada para Manifestação de Interesse](#)” é dar às entidades a oportunidade de estabelecer parcerias com o ACNUR na entrega de proteção e soluções mistas para refugiados e requerentes de refúgio no Brasil.

Os parceiros serão solicitados a submeter [Notas Conceituais / Propostas](#) em uma ou demais das seguintes áreas: nível de documentação individual aumentado; qualidade de registro melhorado / mantido; acesso à assistência jurídica e aos recursos legais melhorado; abrigo e infraestrutura estabelecida, melhorada e mantida / melhoria das condições de recepção.

Outras áreas incluem serviços para pessoas com necessidades específicas (incluindo grupos indígenas & LGBTI); risco de violência sexual e de gênero reduzido e qualidade da resposta melhorada / proteção das crianças fortalecida; autossuficiência e meios de subsistência melhorados; potencial de integração / realocação voluntária realizada (interiorização).

O objetivo transversal de todas as propostas é a coexistência pacífica com comunidades locais; fortalecimento de serviços de assessoria e apoio à proteção; fortalecimento de coordenação e parcerias; comunicação e informação pública.

Mais detalhes sobre esta chamada e suas orientações podem ser acessadas em [partner.unhcr.org](http://partner.unhcr.org).



O prazo final para o recebimento da [Nota Conceitual/Proposta](#) e outros documentos é **15 de novembro de 2018**.

Para mais informações, envie um e-mail para [brabr@unhcr.org](mailto:brabr@unhcr.org)

FONTE: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/10/Portuguese--Annex-C-Call-for-Expression-of-Interest-Vensit-2019-budget-year-SIGNED.pdf>



 **PREFEITURA DE RIO PRETO**

 **DEFESA CIVIL**

## 2º SEMINÁRIO REGIONAL DE DEFESA CIVIL

"A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS NAS EDIFICAÇÕES"

**DIA:**  
**29 DE OUT/2018**

**HORÁRIO:**  
**8H00 AS 12H00**

**LOCAL:** **CIESP**  
**S. J. RIO PRETO/SP.**  
**AV. CLOVIS OGER, N° 706**  
(AVENIDA DO AEROPORTO)

**INSCRIÇÕES:**  
**[HTTPS://GOO.GL/TRE3TM](https://goo.gl/TRE3TM)**

**INFORMAÇÕES:**  
**17 3211-1730**  
**17 99701-0401**

**PÚBLICO ALVO:**  
**ENGENHEIROS, ARQUITETOS,**  
**ACADÊMICOS, TÉCNICOS**  
**DE SEGURANÇA**  
**DO TRABALHO,**  
**BOMBEIROS CIVIS**  
**E DO ESTADO,**  
**BRIGADISTAS,**  
**COORDENADORES**  
**DE DEFESA CIVIL.**

**PROGRAMAÇÃO:**

- 8H00** - ASSINATURA LISTA DE PRESENÇA E PROTOCOLO
- 8H30** - ABERTURA OFICIAL COM A PRESENÇA DO PREFEITO EDINHO ARAÚJO.
- 9H00** - INÍCIO DOS PAINÉIS:
  - 1.** Regularização de edificações junto ao Corpo de Bombeiros: Cap. Renato Neves (Corpo de Bombeiros).
  - 2.** Manutenção de equipamentos de combate a incêndio: Eng. Paulo H. Silva.
  - 3.** Saídas de Emergências: Ten. Fantini (Corpo de Bombeiros).
  - 4.** Brigada de incêndio: Cel. Carlos Lamin (Diretor de Defesa Civil).
  - 5.** Mesa Redonda com palestrantes para perguntas.

## **INFORMAÇÕES**

### **PROMOTOR BRASIL**

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

### **CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO**

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

### **INFORMATIVOS UNISDR**

<http://www.eird.org/camp-10-15>

### **PREVENTIONWEB**

<http://www.preventionweb.net/english/>

### **SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>

### **CEPED – PARANÁ**

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>